



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

Aos 10 dias do mês de julho de 2018, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª parte

Audição do Ministro da Economia, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

2.ª parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 195/XIII/3.ª, 196/XIII/3.ª e 197/XIII/3.ª, relativas às reuniões de 27 de junho e 4 de julho de 2018

2. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 82/XIII/2.ª (ALRAM) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prossequindo objetivos de coesão social e territorial- Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)

3. Apreciação e votação do parecer final da Petição n.º 137/XIII/1.ª - Pela abolição das portagens na A1 no concelho de Vila Franca de Xira- Relator: Deputado Carlos Silva (PSD)

4. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1063/XIII/3.ª (BE) - "Recomenda ao Governo a eliminação de portagens na Via do Infante, a requalificação da EN125 entre Vila Real de Santo António e Olhão Nascente, e a correção da sinalização horizontal em alguns troços requalificados da referida via entre Olhão e Vila do Bispo" e 1348/XIII/3.ª (PCP) - "Pela abolição das portagens na Via do Infante e rápida conclusão das obras de requalificação na EN 125"

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.^a SL

5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1103/XIII/3.^a (PSD) - "Recomenda ao Governo que reponha todos os horários dos comboios entre Cuba e Beja"

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1752/XIII/3.^a (PCP) - "Pela ampliação e melhoria da capacidade operacional da pista do Aeroporto da Horta"

7. Informação da discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1024/XIII/2.^a (PCP) - "Eliminação das portagens na A23" e 1046/XIII/2.^a (BE) - "Recomenda ao Governo o fim da cobrança de portagens na A23"

8. Apreciação na especialidade dos Projetos de Resolução n.ºs 1368/XIII/3.^a (BE) - "Em defesa de uma Linha Ferroviária do Oeste integralmente requalificada e com um serviço de transporte de qualidade" e 1557/XIII/3.^a (PEV) - "Pela defesa da Linha do Oeste garantindo um serviço público de transporte de qualidade para as populações"

9. Apreciação e votação na especialidade do Projetos de Lei n.os 582/XIII/2.^a (PCP) - "Estabelece um sistema de preços máximos para o Gás de Garrafa e o Gás Canalizado" e 604/XIII/2.^a (PAN) - "Estabelece um sistema de preços máximos no sector do gás comercializado em garrafa ou canalizado, butano ou propano"

10. Apreciação e votação na especialidade da Apreciação Parlamentar n.º 48/XIII/3.^a (PCP) -- "Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, que "Estabelece o regime das instalações elétricas particulares"- Assunção pela Comissão das votações indiciárias realizadas em Grupo de Trabalho

11. Apreciação e votação na especialidade da Apreciação Parlamentar n.º 49/XIII/3.^a (PCP) - Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, que "Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios"- Assunção pela Comissão das votações indiciárias realizadas em Grupo de Trabalho

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

12. Apreciação e votação do Relatório da visita aos Açores

13. Fixação de redações finais:- Projeto de Resolução n.º 507/XIII/2.ª (BE) - Recomenda ao Governo a classificação das scooters de mobilidade de modo a permitir o seu acesso a todos os modos de transporte de passageiros- Projeto de Resolução n.º 879/XIII/3.ª (PSD) - Recomenda a intervenção urgente na requalificação do IC2 entre Leiria e Pombal e do IC8 entre Pombal e Ansião- Projeto de Resolução n.º 1443/XII/3.ª (PCP) - Por um plano nacional de material circulante ferroviário- Projetos de Resolução n.ºs PJR 1343/XIII/3.ª (PCP), 1345/XIII/3.ª (PCP), 1347/XIII/3.ª (PCP), 1491/XIII/3.ª (BE), 1494/XIII/3.ª (CDS-PP), 1495/XIII/3.ª (PS) e 1528/XIII/3.ª (PSD), todos sobre portos do Algarve

14. Nomeação de relator para o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminal de GNL - PDIRGN 2017 (Período 2018-2027) - Relator cabe ao PSD

15. Outros assuntos

1.ª parte

Audição do Ministro da Economia, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, cuja audição enquadrou ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, bem como aos Senhores Secretários de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, da Energia, Jorge Seguro, Adjunto e do Comércio, Paulo Ferreira e da Indústria, Ana Teresa Lehmann, e às equipas que os acompanhavam, explicando os tempos de intervenção.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Ministro da Economia interveio com apresentação em [power point](#).

Em 1.ª ronda intervieram os Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), Hortense Martins (PS), Heitor de Sousa (BE), Pedro Mota Soares (CDS/PP) e Bruno Dias (PCP), e houve interpelações por parte dos Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD) e Hortense Martins (PS), tendo o Senhor Ministro da Economia respondido individualmente às questões colocadas.

Na 2.ª ronda de intervenções em que, também, a Senhora Vice-Presidente Hortense Martins (PS) assumiu a condução dos trabalhos, intervieram os Senhores Deputados Virgílio Macedo (PSD), Ascenso Simões (PS), Pedro Mota Soares (CDS/PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor Ministro do Ambiente e os Senhores Secretários de Estado da Energia e do Turismo respondido, no final, às questões colocadas.

Em 3.ª ronda intervieram os Senhores Deputados Paulo Neves (PSD), Ana Passos (PS), Heitor de Sousa (BE), Bruno Dias (PCP), Fátima Ramos (PSD), Hugo Costa (PS) e Luís Moreira Testa (PS), tendo o Senhor Ministro do Ambiente e os Senhores Secretários de Estado Adjunto e do Comércio, do Turismo e da Energia respondido, no final, às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu, desejou boas férias e encerrou a reunião, que teve [registo vídeo](#).

2.ª parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 195/XIII/3.ª, 196/XIII/3.ª e 197/XIII/3.ª, relativas às reuniões de 27 de junho e 4 de julho de 2018

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração as atas n.ºs 195/XIII/3.ª, 196/XIII/3.ª e 197/XIII/3.ª, relativas às reuniões de 27 de junho e 4 de julho de 2018, que submeteu à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

2. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 82/XIII/2.ª (ALRAM) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou, nos seus termos, o projeto de parecer na generalidade, que, na qualidade de Relator, elaborara sobre a Proposta de Lei n.º 82/XIII/2.ª (ALRAM) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial, concluindo que reúne todos os requisitos para ser discutida e votada em Plenário.

O Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) felicitou o Relator, até pelas citações feitas, apesar de não se reverem na opinião do Relator, que contestou, nomeadamente quanto à distinção “ou Serviço Público ou Lei da Selva”, esta que o PSD rejeita, explicando.

Criticou o Governo por não estar a funcionar para resolver a situação.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) cumprimentou o Relator pelo trabalho exemplar, notando não ter tempo para discutir a opinião do Relator, com que parcialmente concorda.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) disse acompanhar o Parecer apresentado, reservando-se para emitir opinião em Plenário.

O Senhor Presidente da Comissão colocou o projeto de parecer à votação, que foi aprovado por unanimidade.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.^a SL

4. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1063/XIII/3.^a (BE) - "Recomenda ao Governo a eliminação de portagens na Via do Infante, a requalificação da EN125 entre Vila Real de Santo António e Olhão Nascente, e a correção da sinalização horizontal em alguns troços requalificados da referida via entre Olhão e Vila do Bispo" e 1348/XIII/3.^a (PCP) - "Pela abolição das portagens na Via do Infante e rápida conclusão das obras de requalificação na EN 125"

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) usou da palavra para apresentar o PJR n.º 1063/XIII/3.^a (BE), tendo dado conta de que o mesmo contemplava 3 vertentes: a eliminação das portagens na Via do Infante, que foram implementadas em 2011, pelo Governo anterior; a requalificação total da EN125, na parte em falta; e a correção da requalificação da sinalização vertical, no Barlavento, que em seu entender continha erros técnicos. Deu conta das consequências, em termos de sinistralidade rodoviária, da introdução das portagens na Via do Infante, para além de ter referido os prejuízos que causou na economia e na mobilidade da região. Considerou que a EN125, mesmo requalificada, não representava qualquer alternativa credível, pois os acidentes continuavam a suceder-se, o que era ainda mais grave na parte não requalificada. Afirmou que ao que parecia, o PS pretendia, agora, resgatar uma parte da concessão, e prosseguiu, reiterando a importância da abolição destas portagens, tendo em conta o prejuízo que elas representam, a nível financeiro, para os contribuintes e fez referência a promessas feitas pelo atual Primeiro-Ministro, aquando da campanha eleitoral, que não foram cumpridas. Quanto à requalificação da EN125, considerou que a situação desta estrada era muito grave, lembrou a criação de uma comissão de utentes da EN125, referiu a realização de obras, que considerou de "tapa-buracos", e expressou preocupação com a realização da requalificação integral, tendo em conta as últimas posições do Tribunal de Contas. Finalmente, abordou a questão da correção da sinalização vertical, afirmando que muitos utentes desta via reclamam dessa sinalização, sendo urgente a sua correção.

De seguida, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o PJR n.º 1348/XIII/3.^a (PCP), tendo dado conta dos termos resolutivos. No que toca ao primeiro ponto desses termos resolutivos, argumentou que o recurso a parcerias público-privadas (PPP) tinha

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.^a SL

representado uma opção verdadeiramente ruinosa para o Estado e um chorudo negócio para os privados, os quais, sem correrem qualquer risco, passaram a beneficiar de elevadíssimas taxas de rentabilidade. Referiu também uma nota técnica elaborada pela Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República, novembro de 2017, que dava conta de que os encargos brutos totais com a PPP da Via do Infante, até ao termo do contrato da concessão, iriam ascender a 767 milhões de euros, enquanto os encargos brutos totais com a PPP da EN 125, até ao termo do contrato da subconcessão, iriam ascender a 593 milhões de euros. Prosseguiu, afirmando que tinha sido para arrecadar receita para transferir para os parceiros privados destas PPP que tinham sido introduzidas portagens na Via do Infante, tendo esta opção visado preservar os avultados lucros dos privados. Considerou que a reversão das PPP se tornava ainda mais premente depois dos desenvolvimentos recentes, com a recusa do visto do Tribunal de Contas à renegociação do contrato e os anúncios, por parte da subconcessionária, de que tinha suspenso todas as atividades de manutenção na EN125, e por parte da Infraestruturas de Portugal (IP) que iria assumir a gestão da EN125 no que tocava à manutenção de condições de segurança. Quanto às portagens, considerou uma evidência incontornável que a sua introdução tinha sido negativa para a região e as populações, que o PS, o PSD e o CDS-PP tinham procurado apagar as suas responsabilidades pela introdução das portagens, mas foi um Governo do PS que tinha decidido em 2010 introduzir portagens em todas as concessões SCUT, em negociação com o PSD e tinha sido o Governo seguinte, do PSD e CDS-PP, que em dezembro de 2011 tinha concretizado essa medida na Via do Infante. Reiterou a posição do PCP a favor da abolição das portagens. Finalmente, sobre o último ponto resolutivo, lembrou que de acordo com o projeto inicial de requalificação, as obras deveriam estar concluídas em 2012, o que não tinha sido cumprido pela subconcessionária e entre Vila Real e Olhão as obras ainda não se tinham iniciado, sequer. Referiu a realização de algumas obras de emergência em algumas estradas da região, entre elas a EN125, e que o montante disponibilizado para estas obras apenas tinha permitido melhorar troços de pavimento mais degradados. Considerou que estas não eram as obras de requalificação prometidas e essas tinham de se realizar com celeridade.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

Usaram da palavra, na discussão, os Senhores Deputados Ana Passos (PS) e Cristóvão Norte.

A Senhora Deputada Ana Passos (PS) recordou que as portagens existiam, na A22, por insistência do PSD e do Dr. Rui Rio, que em 2010 tinha afirmado que a falta de igualdade de tratamento no território era um erro completo na gestão política, devendo portajar-se todas as SCUT. Referiu que o compromisso inicial do PS na região tinha sido o de implementar uma redução gradual do valor das portagens na A22, com tendência para a gratuitidade, e que em agosto de 2016 o Governo tinha iniciado o processo de redução, diminuindo em 15% o valor das portagens, e lembrou as afirmações do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas na reunião da Comissão na semana anterior de que os algarvios tinham poupado, com esta redução, 11 milhões de euros. Referiu também que as propostas de abolição das portagens na A22, para já, não tinham enquadramento orçamental. Abordando a questão da requalificação da EN125, considerou que a necessidade de obras era conhecida pelo atual Governo, tendo sido iniciadas obras de emergência na primeira semana de junho. Tornou a fazer referência à audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas na reunião da Comissão na semana anterior, onde este afirmou que, caso a subconcessionária não realizasse as obras na EN125, a IP assumiria, enquanto entidade titular daquelas estradas, a concretização das obras. Reportou-se também à comunicação da subconcessionária de que suspenderia a partir de 6 de julho todas as atividades de operação e manutenção desenvolvidas, tendo a IP, ao abrigo dos poderes de fiscalização previstos no contrato de subconcessão, afirmado que iria assumir a gestão das vias incluídas na subconcessão, nomeadamente no que respeitava às garantias de circulação e segurança. Concluiu, afirmando que o Governo cumpria com a sua palavra.

Por sua vez, o Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) afirmou que o Governo cumpria com a sua palavra e existia, desde 2015, uma redução nas portagens de cerca de 50%, como tinha sido compromisso do PS, mas ainda não havia a abolição das portagens, como tinha sido o compromisso do BE e PCP. Considerou que a EN125 era um imbróglio e o Governo tinha feito tudo ao seu alcance para resolver o problema mas a concessionária tinha colocado todos os obstáculos e agora também o

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

Tribunal de Contas tinha feito tudo para não permitir que o Governo realizasse aquilo que tinha prometido, pelo que o Governo estava desonerado de qualquer responsabilidade, a qual repousava nos ombros da concessionária e do Tribunal de Contas. Lembrou que os três partidos tinham afirmado que as portagens da Via do Infante eram a questão mais determinante para esta Legislatura, sendo que dois deles defendiam a sua abolição imediata, mas isso não tinha sido inscrito nos compromissos comuns que celebraram, e que o PS tinha exigido, após as eleições legislativas, a redução imediata das portagens em 50% ao Presidente da IP, o que seguramente conseguiu, com grande benefício para os algarvios. Assim, prosseguiu, não conseguia perceber qual era a razão política para a apresentação destes PJR, uma vez que as coisas tinham progredido tão satisfatoriamente. Reiterou que a posição do PSD sobre esta matéria era óbvia, mas contava muito pouco para este efeito. Lembrou que havia um compromisso dessas três forças políticas num determinado sentido, quis saber onde estava e em que é que se tinha traduzido, em relação aos algarvios. Concluiu, afirmando que o PS não tinha cumprido nenhum dos compromissos que tinha feito, pois tinha reduzido as portagens em 15% mas era uma redução menor do que a realizada pelo Governo anterior.

Para encerrar a discussão tornaram a intervir os autores dos projetos de resolução.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) afirmou que, se o PSD estava muito preocupado com os algarvios e o Algarve, tinha oportunidade de votar a favor destas iniciativas. Lembrou que esta era a sétima vez, incluindo as propostas apresentadas em sede de discussão do Orçamento do Estado, que o BE apresentava propostas para abolir as portagens. Fez referência às políticas do PSD em 2015, que criaram o imbróglio da EN125, e afirmou que também o atual Governo não tinha dado os passos considerados necessários. Concluiu, lembrando que a Via do Infante tinha portagens 30% acima da média nacional e se se reduziu 15% ainda tinha ficado 15% acima da média nacional e que tanto o PS como o PSD eram responsáveis pela situação que se vivia no Algarve.

Finalmente, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) afirmou que desde 2010/2011 o PSD e o CDS-PP se tinham entendido para impor portagens aos cidadãos,

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

nomeadamente aos algarvios, e o PCP tinha sido sempre contra a introdução de portagens, nomeadamente quando alteraram os contratos de concessão para salvaguardar a posição das concessionárias, prejudicando as populações, que eram sempre o elo mais fraco dessas negociações. Concluiu, afirmando que o PCP iria continuar sempre propor e defender medidas a favor do interesse das populações e não a favor do interesse dos grupos económicos.

A discussão dos Projetos de Resolução foi objeto de [gravação](#) e pode ser consultada na página das iniciativas na Internet.

3. Apreciação e votação do parecer final da Petição n.º 137/XIII/1.ª - Pela abolição das portagens na A1 no concelho de Vila Franca de Xira

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) apresentou, nos seus termos, o projeto de relatório final, que, na qualidade de Relator, elaborara sobre a Petição n.º 137/XIII/1.ª - Pela abolição das portagens na A1 no concelho de Vila Franca de Xira, notando que este percurso abrange três cidades, Alverca, Alhandra e Vila Franca de Xira, e cerca de 70 mil habitantes.

O Senhor Presidente da Comissão colocou o projeto de parecer final à votação, que foi aprovado por unanimidade.

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1103/XIII/3.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo que reponha todos os horários dos comboios entre Cuba e Beja"

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 1103/XIII/3.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo que reponha todos os horários dos comboios entre Cuba e Beja", notando a falta de transportes em território com desertificação, concluindo que sejam repostos os horários dos comboios entre Cuba e Beja, e que seja acautelado o estado das carruagens, sobretudo os cuidados de higiene das carruagens.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Deputado Pedro do Carmo (PS) considerou a situação derivada da falta de eletrificação, da responsabilidade do PSD, notando que o projeto de eletrificação vai agora verificar-se, bem como a aquisição de comboios, igualmente em falta.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu-se ao problema da ferrovia, que não é específico da zona, mas a não eletrificação agrava a situação pela falta de comboios adaptados.

Lembrou que o PCP tem chamado a atenção para a situação da EMEF, por falta de capacidade para dar resposta para esta situação, explicando e, também, quanto à circulação de comboios para Évora.

O Senhor Presidente da Comissão recordou que o Presidente da CP chamou a atenção para a situação dos comboios em geral.

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1752/XIII/3.ª (PCP) - "Pela ampliação e melhoria da capacidade operacional da pista do Aeroporto da Horta"

Este ponto foi adiado a pedido do Grupo parlamentar do PS.

7. Informação da discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1024/XIII/2.ª (PCP) - "Eliminação das portagens na A23" e 1046/XIII/2.ª (BE) - "Recomenda ao Governo o fim da cobrança de portagens na A23"

Nada havendo a assinalar, o Senhor Presidente da Comissão referiu que a informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1024/XIII/2.ª (PCP) - "Eliminação das portagens na A23" e 1046/XIII/2.ª (BE) - "Recomenda ao Governo o fim da cobrança de portagens na A23" será enviada à Mesa da Assembleia da República.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

9. Apreciação e votação na especialidade do Projetos de Lei n.ºs 582/XIII/2.ª (PCP) - "Estabelece um sistema de preços máximos para o Gás de Garrafa e o Gás Canalizado" e 604/XIII/2.ª (PAN) - "Estabelece um sistema de preços máximos no sector do gás comercializado em garrafa ou canalizado, butano ou propano"

O Senhor Presidente da Comissão informou que o PAN pediu o adiamento deste ponto, em diálogo com

o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que contestou este adiamento para iniciativa igual e posterior à do PCP,

o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) que apelou ao respeito da regra do adiamento potestativo, e

o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) que recordou o processo anterior,

tendo o Senhor Presidente da Comissão concluído pelo reagendamento deste ponto para nova reunião no dia 12 próximo, às 14h.

8. Apreciação na especialidade dos Projetos de Resolução n.ºs 1368/XIII/3.ª (BE) - "Em defesa de uma Linha Ferroviária do Oeste integralmente requalificada e com um serviço de transporte de qualidade" e 1557/XIII/3.ª (PEV) - "Pela defesa da Linha do Oeste garantindo um serviço público de transporte de qualidade para as populações"

O Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV) disse que que mantém o Projeto de Resolução n.º 1557/XIII/3.ª (PEV) - "Pela defesa da Linha do Oeste garantindo um serviço público de transporte de qualidade para as populações".

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) sublinhou que os Projetos de Resolução têm urgência, explicando-a e fundamentando-a, e disse que mantém o Projeto de Resolução n.º 1368/XIII/3.ª (BE) - "Em defesa de uma Linha Ferroviária do Oeste integralmente requalificada e com um serviço de transporte de qualidade".

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) abordou a metodologia a adotar para a votação na especialidade dos Projetos de Resolução em apreciação, em diálogo com

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

o Senhor Presidente da Comissão que referiu a recente Conferência de Líderes, após o que colocou os Projetos de Resolução à votação, que foram aprovados assim:

- o Projeto de Resolução n.º 1368/XIII/3.ª (BE) com os votos a favor do PSD, BE, PCP e PEV, e as abstenções do PS e do CDS/PP;
- o Projeto de Resolução n.º 1557/XIII/3.ª (PEV) com os votos a favor do PSD, BE, CDS/PP, PCP e PEV, e a abstenção do PS.

10. Apreciação e votação na especialidade da Apreciação Parlamentar n.º 48/XIII/3.ª (PCP) -- "Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, que "Estabelece o regime das instalações elétricas particulares"- Assunção pela Comissão das votações indiciárias realizadas em Grupo de Trabalho, e

11. Apreciação e votação na especialidade da Apreciação Parlamentar n.º 49/XIII/3.ª (PCP) - Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, que "Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios"- Assunção pela Comissão das votações indiciárias realizadas em Grupo de Trabalho

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) resumiu o processo de trabalho realizado no Grupo de Trabalho - Energia, concluídas com as votações indiciárias; explicou, ainda, que:

- Apreciação Parlamentar n.º 48/XIII/3.ª (PCP) - nas votações indiciárias realizadas em sede de GT Energia tinha sido eliminado o projeto simplificado da instalação elétrica que tinha sido detetado que no artigo 12.º do DL 96/2017 (não alterado no âmbito da apreciação parlamentar) se mantinha uma referência a esse projeto, pelo que se tornava necessário eliminar agora, também esse mesma referência, para que as alterações efetuadas fossem coerentes;

- Apreciação Parlamentar n.º 49/XIII/3.ª (PCP) - nas votações indiciárias realizadas em sede de GT Energia tinha ficado por votar a proposta do PSD para alteração do n.º 4 do artigo 21.º do DL 97/2017, para ser verificar se era uma mera alteração de concordância de género (substituir "O DGEG" por "A DGEG") ou se implicava a retirada de competência atribuída ao Diretor-Geral de Energia e Geologia. Compulsados o DL 130/2014, que prevê as atribuições do Diretor-Geral, e o DL

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

97/2017, em alteração, não se tinha verificado a atribuição que qualquer competência ao Diretor-Geral que pudesse colidir com a alteração proposta, pelo que parecia tratar-se de uma alteração de concordância em género e, assim sendo, era necessário fazer a votação desta proposta.

O Senhor Presidente da Comissão colocou à votação a assunção de ambas as votações indiciárias realizadas em sede de Grupo de Trabalho - Energia, bem como as duas propostas referidas pelo Coordenador, tendo todas sido aprovadas por unanimidade.

12. Apreciação e votação do Relatório da visita aos Açores

O Senhor Presidente da Comissão colocou o Relatório da visita aos Açores, de 9 a 13 de junho, anotando que foram pedidas informações apresentadas durante a visita que poderão posteriormente ser incluídas no Relatório da visita.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) referiu o excelente trabalho realizado pelos Serviços da Comissão com esta visita e a forma exaustiva do Relatório apresentado, notando alguns detalhes de escrita a melhorar.

O Senhor Presidente da Comissão concordou com a apreciação feita e cumprimentou os Serviços da Comissão pelo trabalho desenvolvido com agenda difícil de cumprir.

13. Fixação de redações finais:

- **Projeto de Resolução n.º 507/XIII/2.ª (BE) - Recomenda ao Governo a classificação das scooters de mobilidade de modo a permitir o seu acesso a todos os modos de transporte de passageiros**
- **Projeto de Resolução n.º 879/XIII/3.ª (PSD) - Recomenda a intervenção urgente na requalificação do IC2 entre Leiria e Pombal e do IC8 entre Pombal e Ansião**
- **Projeto de Resolução n.º 1443/XII/3.ª (PCP) - Por um plano nacional de material circulante ferroviário**

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

- Projetos de Resolução n.ºs PJR 1343/XIII/3.ª (PCP), 1345/XIII/3.ª (PCP), 1347/XIII/3.ª (PCP), 1491/XIII/3.ª (BE), 1494/XIII/3.ª (CDS-PP), 1495/XIII/3.ª (PS) e 1528/XIII/3.ª (PSD), todos sobre portos do Algarve

As redações finais relativas aos Projetos de Resolução n.ºs 507/XIII/2.ª (BE), 879/XIII/3.ª (PSD) e 1443/XIII/3.ª (PCP) foram fixadas, sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

Quanto à redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 1343/XIII/3.ª (PCP), 1345/XIII/3.ª (PCP), 1347/XIII/3.ª (PCP), 1491/XIII/3.ª (BE), 1494/XIII/3.ª (CDS-PP), 1495/XIII/3.ª (PS) e 1528/XIII/3.ª (PSD), a Comissão fixou a redação final, sem votos contra, tendo adotado os dois textos de fusão apresentados pelo serviço competente, e aceite as sugestões apresentadas pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), para um desses textos.

14. Nomeação de relator para o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminal de GNL - PDIRGN 2017 (Período 2018-2027)

O Senhor Presidente da Comissão referiu a entrada na Comissão do Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminal de GNL - PDIRGN 2017 (Período 2018-2027), tendo sido designado Relator o Deputado António Topa (PSD).

15. Outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão recordou a realização da Conferência sobre Transportes Públicos, pelas 9h30 de amanhã, na sala do Senado.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) ponderou realizar reunião da Comissão antes da audição do Dr. Manuel Pinho, no próximo dia 17 de Julho, em diálogo com



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

o Senhor Presidente da Comissão e os Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), Hugo Costa (PS) e Heitor de Sousa (BE), consensualizando concluir todos os pendentos na próxima reunião da 5ª feira, 12 de Junho, pelas 14h.

A reunião foi encerrada às 20:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 julho 2018.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 198/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
Bruno Dias
Carlos Silva
Cristóvão Norte
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Helga Correia
Hortense Martins
Hugo Costa
Joel Sá
Luís Campos Ferreira
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
André Pinotes Batista
António Topa
Ascenso Simões
Bruno Coimbra
João Marques
João Vasconcelos
José Luís Ferreira
Paulo Neves
Pedro do Carmo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Carlos Pereira
Emídio Guerreiro
Ernesto Ferraz
Heloísa Apolónia
Hugo Pires
Ricardo Bexiga